



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Instituto Estadual de Florestas

URFBio Centro Oeste - Núcleo de Apoio Regional de Oliveira

Parecer nº 92/IEF/NAR OLIVEIRA/2022

PROCESSO Nº 2100.01.0026687/2022-73

## PARECER ÚNICO

## 1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome: Ione Fonseca e Silva	CPF/CNPJ: 515.442.706-82
Endereço: Rua Mestre Antônio da Costa Rangel, 138	Bairro: Esplanada
Município: Divinópolis	UF: MG
Telefone: (37) 99815-7935	CEP: 35.501-026
E-mail: mabambientalconultoria@gmail.com	

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

( X ) Sim, ir para o item 3 ( ) Não, ir para o item 2

## 2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome:	CPF/CNPJ:
Endereço:	Bairro:
Município:	UF:
Telefone:	CEP:
E-mail:	

## 3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: Fazenda da Chácara - Gleba G	Área Total (ha): 4,5447
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): 111.267	Município/UF: Divinópolis/MG
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-312230633DD.4360.3A20.476C.9F77.B4CC.02D2.8012	

## 4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo	3,5887	ha

## 5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo	3,5887	ha	23K	514.100	7.768.980

## 6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)
Pecuária		3,5887

## 7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)
Cerrado	Cerrado		3,5887

## 8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
Lenha de floresta nativa		140	m³

**1. HISTÓRICO**

Data de formalização/aceite do processo: 01/07/2022

Data da vistoria: 09/06/2022

Data de solicitação de informações complementares:

Data do recebimento de informações complementares:

Data de emissão do parecer técnico: 03/08/2022

A vistoria foi realizada no mesmo dia a vistoria do processo 2100.01.0020902/2022-98, anterior ao protocolo deste processo, pois se trata de um imóvel só, dividido entre glebas de irmãos. Para haver ganho de tempo na análise dos pedidos e economia institucional, a vistoria foi realizada em todas as glebas.

**2. OBJETIVO**

É objetivo deste processo a supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo em 3,5887 ha com finalidade de implantação de agricultura.

**3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO****3.1 Imóvel rural:**

O imóvel denominado Fazenda da Chácara - Gleba G, se localiza no município de Divinópolis, praticamente dentro da área urbana da cidade, registrado no cartório de registro de imóveis de Divinópolis sob o nº 111.267, possui uma área total de 4,5447 ha e que correspondem a 0,2272 módulos fiscais.

A propriedade é composta toda por vegetação nativa, tendo uso antrópico apenas pela estrada interna que passa pela área.

Não existe nascente e nem curso d'água na propriedade.

A propriedade está inserida no Bioma Cerrado e pertence à sub-bacia do Rio Pará e bacia hidrográfica do Rio São Francisco.

**3.2 Cadastro Ambiental Rural:**

- Número do registro: MG-3122306-4F97.D9E9.422B.4108.915C.D20C.43E5.CC2E

- Área total: 4,5447 ha

- Área de reserva legal: 0,9560 ha

- Área de preservação permanente: 0,0 ha

- Área de uso antrópico consolidado: 0,0414

- Qual a situação da área de reserva legal:

(X) A área está preservada: 0,9560 ha

( ) A área está em recuperação:

( ) A área deverá ser recuperada:

- Formalização da reserva legal:

(X) Proposta no CAR (X) Averbada ( ) Aprovada e não averbada

- Número do documento: AV-5-111.267

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

(X) Dentro do próprio imóvel

( ) Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

( ) Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: único

- Parecer sobre o CAR:

Verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado correspondem com as constatações feitas durante a vistoria técnica realizada no imóvel.

A localização e composição da Reserva Legal estão de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida.

A área de reserva legal está demarcada em vegetação de cerrado, não está computada em APP, assim como se possui o mínimo exigido por Lei.

**4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA**

A intervenção requerida se trata da supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em 3,5887 ha, sendo pretendida a implantação de pecuária no local.

Conforme informações apresentadas no Projeto Simplificado de Intervenção, documento SEI nº 48104669, a área requerida para intervenção está localizada na abrangência do Bioma Cerrado, com vegetação de cerrado.

Como a área requerida está localizada no Bioma Cerrado e é inferior a 10ha, não foi apresentado inventário florestal.

Algumas espécies verificadas durante a vistoria foram: *Qualea grandiflora* (pau-terra), *Xylopia aromatica* (pimenta-de-macaco), *Bowdichia virgiliodes* (sucupira-preta), *Hymenaea stigonocarpa* (jatobá-do-cerrado), *Terminalia argentea* (capitão), *Annona crassiflora* (araticum), entre outras.

Não foram registrados indivíduos ameaçados de extinção, conforme Portaria MMA 443/2014.

Não foram observados nenhuma espécie de proteção especial e, caso ocorram, serão preservadas.



\* Figura retirada do projeto mostrando a área requerida (polígono branco) e reserva legal (polígono verde)

Com relação à volumetria, o estudo indica que a intervenção apresenta rendimento lenhoso total estimado em 170 m<sup>3</sup> de lenha nativa.

O produto florestal oriundo da intervenção será destinado à comercialização "in natura", conforme declarado no Requerimento para Intervenção Ambiental, Documento SEI nº 48104655.

Taxa de Expediente: Foi recolhido em 17/05/2022 o DAE nº 1401188016571 no valor de R\$ 615,37 referente à supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em 3,5887 ha.

Taxa florestal: Foi recolhido em 17/05/2022 o DAE nº 2901188021611 no valor de R\$ 1.135,33 referente a 170 m³ de lenha de floresta nativa.

Número do recibo do projeto cadastrado no Sinaflor: 23121649

#### **4.1 Das eventuais restrições ambientais:**

- Vulnerabilidade natural: baixa
- Prioridade para conservação da flora: média
- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: não sobreposta
- Unidade de conservação: não sobreposta
- Áreas indígenas ou quilombolas: não sobreposta
- Outras restrições: nenhuma

#### **4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:**

- Atividades desenvolvidas: G-02-07-0
- Atividades licenciadas: Criação de bovinos
- Classe do empreendimento: 1
- Critério locacional: 0
- Modalidade de licenciamento: não passível
- Número do documento:

#### **4.3 Vistoria realizada:**

A vistoria foi realizada para subsidiar a análise de solicitação de intervenção ambiental para supressão de vegetação nativa com destoca em uma área de 3,5887 hectares cuja finalidade é a implantação de pecuária.

Na ocasião da vistoria foi observado que a intervenção ambiental ainda não foi realizada.

Percorremos toda a área e pudemos verificar que as informações apresentadas no projeto de intervenção estão de acordo com a realidade de campo.

A vegetação é de Cerrado, com bastante influência e ações antrópicas, já que a área está praticamente dentro da área urbana da cidade.

##### 4.3.1 Características físicas:

- Topografia: suave ondulada
- Solo: Argissolo
- Hidrografia: Sub-bacia do Rio Pará e Bacia do Rio São Francisco.

##### 4.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: Bioma Cerrado, vegetação típica de Cerrado.
- Fauna: além de pequeno pássaros, não foi observada fauna de maior porte na propriedade.

#### **4.4 Alternativa técnica e locacional:** não se aplica

### **5. ANÁLISE TÉCNICA**

Considerando que as Taxas Estaduais foram devidamente recolhidas para o tipo de intervenção requerida;

Considerando que o processo fora instruído adequadamente, sendo apresentados todos os estudos conforme Decreto Estadual nº 47.749/2019 e Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 3.102/2021;

Considerando que não foram localizados no sistema CAP, autos de infração em nome do proprietário e do empreendedor, na propriedade objeto da intervenção ambiental;

Considerando que foi declarado no projeto que se ocorrerem indivíduos de espécies protegidas, estes serão preservados na área de acordo com a legislação vigente;

Considerando que a área requerida se encontra sob tipologia de Cerrado e está pressionada pela área urbana da cidade de Divinópolis;

Verifica-se que não há impedimento legal e técnico que possa indeferir o requerimento protocolado pelo requerente, sendo a intervenção requerida passível para supressão de cobertura vegetal nativa com destoca para uso alternativo do solo para implantação de agricultura.

#### 5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Os impactos ambientais gerados ou possíveis de ocorrer durante a intervenção que abrangem a área do empreendimento e seu entorno, afetando direta ou indiretamente o meio ambiente, sendo:

- Exposição do solo;
- Alteração da qualidade do solo;
- Perda e alteração da camada superficial do solo;
- Exposição do solo, ocasionando menor taxa de infiltração de água pluvial e o aumento do escoamento superficial;
- Erosão e geração de sedimentos;
- Geração de material particulado em suspensão, ruídos e vibrações;
- Afugentamento da fauna;
- Descaracterização paisagística;
- Perda da diversidade vegetal na área.

#### Medidas Mitigadoras:

- Deslocamento e/ou revolvimento do mínimo de solo possível;
- Adotar medidas físicas e vegetativas gerais de controle erosivo;
- Construção de terraços ou bacias de captação para acumulação das águas pluviais;
- Realizar manutenção constante do sistema de drenagem para escoamento das águas pluviais, melhorando a infiltração e reduzindo processos erosivos;
- Reduzir ao máximo da movimentação do maquinário visando alterar o mínimo possível a qualidade do ar e geração de ruídos;
- Utilizar técnicas e meios para afugentamento de fauna;
- Realizar inspeção para eventual resgate de fauna, como por exemplo, preservar ninhos de aves que possam existir nestas árvores;
- Respeitar rigorosamente os limites da área requerida;
- Executar na íntegra todas as medidas mitigadoras previstas no PIA.

#### 6. CONTROLE PROCESSUAL

Considerando o disposto no Decreto Estadual nº. 47.892/2020, compete ao Núcleo de Controle Processual Regional realizar o controle processual dos processos administrativos que envolvam supressão de vegetação nativa primária ou secundária em estágio médio e avançado de regeneração, pertencentes ao bioma Mata Atlântica, de empreendimentos e atividades passíveis de licenciamento ambiental simplificado ou não passíveis de licenciamento ambiental, de forma integrada e interdisciplinar;

Considerando ainda, que compete ao Núcleo de Controle Processual Regional zelar pelo cumprimento de normas e procedimentos, bem como das orientações da AGE nos demais processos de competência da URFBio, conforme diretrizes emanadas pelo Gabinete, pelas diretorias e pela Procuradoria do IEF;

Conforme disposto no Parecer Técnico emitido pelo analista ambiental do IEF, no tocante às áreas de Reserva Legal verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado, correspondem com as constatações feitas durante a vistoria técnica realizada no imóvel e consulta a base de dados. A localização, a composição da Reserva Legal, assim como o quantitativo de 21,03%, estão de acordo com a legislação vigente.

Diante das informações apresentadas pelo requerente, bem como, os dizeres relatados no parecer técnico emitido pela analista ambiental do IEF, **NÃO VISLUMBRAMOS ÓBICE JURÍDICO** na concessão da autorização para intervenção ambiental.

Conclui-se pela possibilidade de regularização da intervenção ambiental, para uso alternativo do solo em 3,5887ha, objetivando a implantação de pecuária, devendo ser observadas, para tanto, o atendimento das medidas mitigadoras e compensatórias constantes no Anexo III e no DAIA.

É o entendimento, s.m.j.

Belo Horizonte, 27 de abril de 2021.

**Fernanda Antunes Mota**

Coordenadora de Controle Processual – URFBio Metropolitana

MASP 1153124-1

**7. CONCLUSÃO**

Após análise técnica e controle processual das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opinamos pelo **DEFERIMENTO INTEGRAL** do requerimento de supressão de cobertura vegetal nativa com destoca para uso alternativo do solo, na área de 3,5887 ha, localizada na propriedade Fazenda da Chácara - Gleba G, sendo o material lenhoso proveniente desta intervenção destinado à comercialização "in natura".

**8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS**

Não se aplica

**8.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes:** Não se aplica

**9. REPOSIÇÃO FLORESTAL**

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

☒ Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal

☐ Formação de florestas, próprias ou fomentadas

☐ Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

**10. CONDICIONANTES**

Não se aplica

**INSTÂNCIA DECISÓRIA**

☐ COPAM / URC ☒ SUPERVISÃO REGIONAL

**RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO**

Nome: **Marcela Cristina de Oliveira Mansano**

MASP: **1.146.608-3**

**RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO**

Nome: **Fernanda Antunes Mota**

MASP: **1153124-1**



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Antunes Mota, Coordenadora**, em 04/08/2022, às 18:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcela Cristina de Oliveira Mansano, Gerente**, em 09/08/2022, às 11:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **50825486** e o código CRC **9AAAE3DE**.